

**Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas**

**DIFUSÃO DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA:  
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA TEORIA INSTITUCIONAL**

**DISSEMINATION OF PRACTICES CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: AN  
ANALYSIS WITH EMPHASIS ON INSTITUTIONAL THEORY**

Rafael Schmidt

**RESUMO**

A sustentabilidade e a preocupação com o meio ambiente deixaram de ser tendências para o futuro para se tornarem realidades para as organizações no presente, com base na aplicação de conceitos oriundos da RSC (Responsabilidade Social Corporativa). O objetivo deste trabalho foi analisar a influência das instituições na difusão das práticas de RSC pelas organizações nos países. Para alcançar este objetivo, foi verificada a relação existente entre as instituições que atuam sobre as empresas, mensurada através das *proxys* tratados ambientais internacionais e área protegida por lei, e a RSC, mensurada através da *proxy* relatórios GRI (*Global Report Initiative*) e quantidade de certificados ISO 14001 (*International Standardization Organization*). Para isto, foram analisadas as publicações de relatórios GRI e certificados ISO 14001 do ano de 1999 a 2012, em 149 países. Foi utilizada a coleta de dados secundários tanto para as variáveis dependentes (RSC) quanto para as independentes (pressões institucionais). Obtiveram-se relações positivas e significativas em relação à RSC, tanto para os relatórios GRI quanto para os certificados ISO 14001. Pode-se concluir que as pressões instituições analisadas, mensuradas através das *proxys* foram relevantes para a implantação das práticas de RSC pelas organizações nos países analisados.

**Palavras-chave:** responsabilidade social corporativa, institucionalismo, relatórios GRI.

**ABSTRACT**

The sustainability and concern to the environment are no longer just trends for the future. They became realities for organizations nowadays, by applying concepts from CSR (Corporate Social Responsibility) on their activities. The objective of this study is to analyze the influence of the concepts defined by the institutional theory in the dissemination of CSR practices by organizations. To accomplish this objective, the relationship between the institutional environment and business activity on RSC, measured by proxy GRI reports (Global Report Initiative) and ISO 14001 certificate (International Standardization Organization), was tested. For this, 15 years and 149 countries reports publications were reviewed. The collection of secondary data was used for both the dependent variables (RSC) and for the independent (institutional pressures). Some aspects, as expected, were positive and significant in relation to CSR (GRI and ISO 14001). It can be concluded that the institutions have proved relevant factors for the implementation of CSR practices by organizations in the countries analyzed.

**Keywords:** corporate social responsibility, institutionalism, GRI reports.

## 1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade social corporativa é um conceito global que progrediu em termos teóricos e práticos, representando uma filosofia que é conhecida em todo o mundo. Sob esta ótica, torna-se vital que as empresas modernas façam mais do que simplesmente gerar lucro e agir de acordo com a lei. Ações éticas e de filantropia são utilizadas para completar as expectativas socialmente responsáveis sobre as organizações modernas, que se esforçam para serem sustentáveis em um mercado global dinâmico e competitivo (CARROLL, 2015). As questões ambientais e de RSC vem ganhando destaque também em decorrência do processo de globalização seja em debates políticos, acadêmicos ou dentro das empresas (CHRISTMANN; TAYLOR, 2001).

Essa crescente importância se dá devido a uma mudança de mentalidade em relação ao papel das organizações, que era apenas de gerar o retorno sobre os ativos e agora, passa a ser também, proporcionar a preservação das riquezas naturais para as próximas gerações, de forma que seja gerada maior qualidade de vida para as pessoas que são afetadas direta e indiretamente pelas atividades empresariais (DAHLSTRUD, 2008). Isso se evidencia, por exemplo, quando as empresas cada vez mais aplicam princípios de sustentabilidade para suas cadeias de suprimento, através de diferentes tipos de estímulos externos: escândalos ambientais, regulamentação, movimentos dos concorrentes e expectativas dos clientes (SRIVASTAVA, 2007). Desta maneira, as questões de sustentabilidade estão ganhando maior destaque entre as empresas e seus *stakeholders* em todo o mundo, levando a uma expansão na adoção de práticas sustentáveis, o que vem a corroborar a importância de se estudar a difusão de práticas sociais e ambientais (CARBONE; MOATTI; WOOD, 2012).

Ao longo dos últimos anos, o número de empresas que compartilham detalhes sobre as suas iniciativas de sustentabilidade em relatórios disponíveis publicamente vem crescendo rapidamente. Os nomes usados para se referir a esses relatórios variam muito, incluindo "sustentabilidade", "desenvolvimento sustentável", "responsabilidade social corporativa", "responsabilidade corporativa", "*triple bottom line*", "relatórios de prestação de contas", entre muitos outros. No entanto, apesar da proliferação desses relatórios, as perguntas permanecem sobre as informações que devem conter e de como eles devem ser estruturados (DAVIS; SEARCY, 2010).

Os relatórios de sustentabilidade são uma ferramenta muito importante para se verificar a preocupação, o compromisso e o engajamento das organizações com a responsabilidade social corporativa. Eles vem sendo cada vez mais utilizados pelas empresas para transmitir a sociedade e aos *stakeholders* seus resultados nessa área (BROWN; DE JONG; LESSIDRENSKA, 2009; BROWN; DE JONG; LEVY, 2009; SEARCY; BUSLOVICH, 2013). O GRI (*global report initiative*) é um dos principais relatórios existentes, entre os principais objetivos e características encontram-se: definir e homogeneizar o conteúdo dos relatórios e assegurar a qualidade das informações divulgadas pelas empresas que o adotam. As diretrizes e princípios elaborados criam um ponto de referência internacional para relatórios que incluem informações sobre o desempenho financeiro, social e ambiental (BROWN; DE JONG; LEVY, 2009; MOSEÑE et al., 2013; GRI, 2006).

A importância de se estudar ou tentar entender as instituições remete a análise da forma que elas viriam a impactar no desempenho ou nas práticas e ações desenvolvidas pelas empresas. Em alguns estudos relacionados com a teoria institucional, busca-se o entendimento de como as instituições vem influenciando as práticas difundidas entre as empresas e o modo como elas se comportam. Com a visão oriunda das teorias institucionais tradicionais, que entendem que as organizações respondem as pressões definidas pelo contexto social onde se inserem, as práticas de responsabilidade social corporativa tenderiam a se inserir de maneira heterogênea no contexto mundial. Em cada sociedade, definida aqui pelos estados-nação ou

países, uma diferente realidade e contexto institucional se configuram. As instituições seriam, portanto, de suma importância no processo de tornar as atividades empresariais mais sustentáveis nos contextos nacionais onde elas se enquadram. Desta forma, foram construídos modelos que buscam relacionar as emissões de relatórios de RSC com as pressões institucionais presentes nos diversos países. Assim, o problema de pesquisa é: *Quais as influências das instituições na difusão das práticas de RSC pelas organizações nos países?* O problema de pesquisa visa verificar se a difusão dos relatórios de RSC se dá de acordo com o que prevê a teoria institucional. O objetivo deste trabalho é analisar a influência das instituições na difusão das práticas de RSC pelas organizações nos países. Os objetivos específicos se remetem a avaliar a *proxy* que será utilizada para mensurar a RSC (quantidade de relatórios de modelo GRI - *Global Report Initiative*).

A difusão é um conceito bastante conhecido na área das ciências sociais e, apesar de necessitar uma análise complexa, existindo aspectos difíceis de mensurar e introduzir nos modelos de regressão atrelados a essa temática, já se fez presente em diversos artigos (ABRAHAMSON; ROSENKOPF, 1993; ANGST; AGARWAL, 2010; CLERIDES; KASSINIS, 2009; O'NEILL; POWDER; BUCHHOLTZ, 1998). Todavia, quando se busca sobre a influência das instituições na difusão das práticas sustentáveis, o pesquisador irá se deparar com um universo bem mais restrito de autores que discorrem sobre o tema (ALBUQUERQUE, BRONNENBERG; CORBETT, 2007; CASTKA; BALZAROVA, 2008; CORBETT; KIRSCH, 2001; DELMAS; MONTES-SANCHO, 2011; DELMAS, 2002; PEREZ-BATRES, MILLER; PISANI, 2010). A maioria desses estudos encontrados utiliza a certificação ISO (*International Organization for Standardization*) 14001 como *proxy* para a responsabilidade social corporativa, encontrando-se um único trabalho que utilizou os relatórios de sustentabilidade para mensurar a difusão das práticas sustentáveis (MARIMON et al., 2012).

Para Matten e Moon (2008), a forma como as empresas são governadas levam em consideração as motivações dos gestores, acionistas e *stakeholders*, sendo que a teoria institucional traz interdependências entre essas partes na análise, o que seria vital para a compreensão RSC, dada a sua orientação social. Além disso, Marimon et al. (2012), sugere que a confirmação da evolução da adoção da GRI, juntamente com uma análise detalhada do mesmo com uma perspectiva institucional seriam abordagens necessárias e interessantes.

Alguns autores entendem que o ambiente institucional é o responsável por influenciar o comportamento sustentável das empresas (CAMPBELL, 2007; GLOVER et al., 2014; JENNINGS; ZANDBERGEN, 1995; LIN; SHEU, 2012). Pretende-se, dentre várias opções disponíveis para mensurar a RSC, utilizar um relatório de responsabilidade social corporativa, tendo em vista que o mesmo é uma das maneiras mais importantes que a empresa dispõe para transmitir à sociedade as informações sobre o que tem realizado no intuito de se tornar mais responsável (BROWN; DE JONG; LESSIDRENSKA, 2009; BROWN; DE JONG; LEVY, 2009; SEARCY; BUSLOVICH, 2013). Embora o foco deste trabalho e a *proxy* principal para análise da RSC seja o GRI, os resultados serão comparados com outra *proxy* (ISO 14001) (DELMAS; MONTES-SANCHO, 2011; MARIMON, LLACH; BERNARDO, 2011).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Embora o conceito de instituições tenha sido utilizado tanto por economistas quanto por historiadores no último século, sua definição nunca ficou clara, tendo em vista que o termo pode ser utilizado para se referir a um grande número de tópicos distintos. Apenas para mencionar alguns exemplos, podemos nos referir a um banco privado como instituição financeira, as regulamentações e leis que são impostas pelos governos e que regem a vida das

pessoas, podem ser também consideradas instituições (instituição da propriedade privada) dentre outros exemplos. Esses conceitos podem ser então, corretamente empregados, em circunstâncias bastante diferentes (DAVIS; NORTH, 1970).

Os teóricos institucionais se interessam tradicionalmente em descrever os processos pelos quais as práticas e ações se tornam institucionalizadas, e o papel das instituições na sociedade sob esse ponto de vista (SCOTT, 1987). A teoria institucional vem a calhar para entender como definições sociais são geradas e aceitas, tanto dentro, como fora das organizações, devido aos enfoques dados por elas de como as coisas se tornam regras ou fatos sociais (MEYER; ROWAN, 1977; TOLBERT; ZUCKER, 1983).

Essa lente teórica se propõe a explicar os processos pelos quais esses elementos se tornam incorporados em instituições ou em práticas reconhecidas, a teoria institucional é, assim, útil para descrever como as ações organizacionais podem com o tempo, vir a contribuir para a sustentabilidade nas organizações (JENNINGS; ZANDBERGEN, 1995). O'Neill, Poudier e Buschholtz (1998) colocam ainda que, a atuação das forças institucionais em conjunto com alguns fatores relacionados com o ambiente externo, bem como as características individuais das empresas, levam a diferentes padrões de adoção de estratégias pelas organizações.

O isomorfismo é o conceito que melhor define o processo de homogeneização das organizações, podendo ser definido como a pressão que força uma unidade, em uma população, para se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Ele tem algumas consequências para as organizações, fazendo-as incorporarem elementos que são legitimados externamente, ao invés de priorizarem apenas a eficiência dos seus processos internos. O isomorfismo institucional promove, portanto, o sucesso e sobrevivência das organizações, incorporando estruturas formais já legitimadas, aumentando o comprometimento entre participantes internos e os componentes externos (MEYER; ROWAN, 1977).

Quando analisa a RSC através da perspectiva institucional, Campbell (2007) considera que as pressões coercitivas, normativas e cognitivas em relação RSC resultam do engajamento institucional das empresas com as práticas de responsabilidade ambiental. Para Gjølborg (2009), os esforços de RSC são atrelados aos fatores institucionais no sistema político-econômico nacional, ou seja, empresas baseadas em sistemas político-econômicos com instituições fortes possuem vantagens institucionais comparativas para a implantação de práticas de sustentabilidade. Todavia, as empresas multinacionais podem também ser responsáveis, de certa forma, por introduzir práticas de RSC em toda cadeia produtiva onde atuam, principalmente quando as instituições locais são fracas. Esse aspecto pode ser observado tipicamente em países em desenvolvimento (ZHU; SARKIS; LAI, 2011, 2012; YANG; SHEU, 2011).

Conforme descrito por diversos teóricos institucionais, as instituições influenciam o comportamento e as práticas adotadas pelas organizações (MEYER; ROWAN, 1977; NORTH, 1990; SCOTT, 1987; TOLBERT; ZUCKER, 1983). Desta maneira, essas instituições também viriam a atuar sobre a implantação da responsabilidade social corporativa e do pensamento sustentável pelas empresas (CAMPBELL, 2007; GLOVER et al., 2014; JENNINGS; ZANDBERGEN, 1995; LIN; SHEU, 2012). Dentro dessa proposta, buscou-se o embasamento nas forças definidas por DiMaggio e Powell (1983), para verificar se elas influenciam nas práticas de RSC.

O isomorfismo coercitivo, em linhas gerais, pode ser definido como resultante de pressões formais e informais exercidas sobre as organizações (DIMAGGIO; POWELL, 1983). O isomorfismo coercitivo é de fundamental importância para a implantação de práticas sustentáveis pelas organizações, para Moseñe et al. (2013), o isomorfismo coercitivo é visto como o mais poderoso. Como resultado dessa força, espera-se que, onde essa pressão for mais



forte e as instituições forem mais atuantes, as atenções dadas para RSC sejam maiores. Neste contexto, as forças das pressões coercitivas sobre as organizações seriam positivamente relacionadas com a adoção das práticas de RSC.

Com o enfoque dado pela teoria institucional, as pressões das instituições e o ambiente onde as organizações estão inseridas são os impulsionadores do comportamento sustentável das organizações. Este viés é atualmente discutido e pesquisado academicamente por um grande número de autores, o que vem a corroborar com a importância de se estudar esta temática (CAMPBELL, 2007; CLEMENS; DOUGLAS, 2006; GLOVER et al., 2014; JENNINGS; ZANDBERGEN, 1995; LIN; SHEU, 2012; WU; DING; CHEN, 2012; ZHU; CORDEIRO; SARKIS, 2012; ZHU; SARKIS, 2005, 2007).

Em seu estudo, Campbell (2007) também chega a importantes conclusões, dentre as quais que, as corporações são mais propensas a agir de forma socialmente responsável quando encontram regulação estatal forte, auto-regulação industrial, ONGs e outras organizações independentes que as monitorem, e um ambiente institucional normativo que incentive o comportamento socialmente responsável. O comportamento empresarial socialmente responsável é mais provável de ocorrer na medida em que as empresas pertencem às associações industriais e se envolvem em diálogo com os *stakeholders*.

As pressões oriundas de grupos como clientes, funcionários, fornecedores, ONGs, grupos comunitários, governos e acionistas tem levado gestores a continuamente dedicar recursos para a RSC. Esses e outros grupos tem cobrado, cada vez mais, responsabilidade e prestação de contas das empresas pelas consequências de suas ações e atividades. Isso vem ajudando a trazer à tona as peculiaridades da responsabilidade social no contexto local, reafirmando que essas práticas não podem mais passar despercebidas pelos gestores e empresas que almejam o sucesso (CAMPBELL, 2007).

No que diz respeito aos impactos relacionados com o fator país, os resultados encontrados por Fifka (2013) são coerentes em todas as regiões, mostrando uma forte correlação dos relatórios de sustentabilidade com os locais pesquisados. Assim, pode-se dizer que o ambiente político e socioeconômico tem um impacto sobre as práticas de divulgação de relatórios.

Quanto ao impacto dos *stakeholders* na comunicação, os resultados variam consideravelmente entre as regiões, sendo inconsistentes com as expectativas. Na América do Norte, onde tradicionalmente a ação dos *stakeholders* é mais fraca, há uma correlação positiva entre os interesses deles e os relatórios publicados que é maior do que na Europa norte-ocidental, onde normalmente seria esperada uma orientação mais forte dos *stakeholders*. Resultados para regiões em desenvolvimento e emergentes também variam consideravelmente. Mais uma vez, amostras de pequenas dimensões, em algumas regiões, levam as diferenças que são difíceis de explicar (FIFKA, 2013).

Os casos da Europa e dos Estados Unidos ilustraram o panorama institucional e suas influências sobre a RSC, o que é desenvolvido com outro enfoque no trabalho de Delmas (2002). Ele coloca que empresas europeias se beneficiaram de um ambiente institucional muito favorável para a ISO 14001, havendo um forte compromisso regulatório que facilita a difusão das normas europeias de gestão ambiental. Os governos europeus têm estimulado a adoção de normas de gestão ambiental através da criação de um sistema de certificação confiável, prestando assistência técnica aos potenciais adotantes. Em contrapartida, as empresas americanas enfrentaram um ambiente institucional desfavorável com a falta de compromisso para regulamentar as normas de gestão ambiental. Empresas norte-americanas estão receosas com processo de certificação e suas possíveis consequências, em que pese o seu desempenho já ser tradicionalmente, aberto ao público.

A preocupação com as questões ambientais e a responsabilidade social das empresas não é um fenômeno recente, datando da década de 50 nas universidades americanas, sendo

que um dos destaques mais proeminentes à nível mundial se deu na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Um dos autores seminais que discorre sobre a responsabilidade social das empresas é Carroll (1979) que coloca que, uma definição de RSC deve atender plenamente toda a gama de obrigações do negócio para com a sociedade, incorporando as categorias econômicas, legais, éticas e discricionárias do negócio. Porém, quanto ao viés institucional da RSC um dos primeiros trabalhos desenvolvidos na área foi o de Jennings e Zandbergen (1995).

Alguns autores optam por discorrer com abordagem para embasar a RSC voltada para o viés institucional (CAMPBELL, 2007; GLOVER et al., 2014; JENNINGS; ZANDBERGEN, 1995; LIN; SHEU, 2012). Neste trabalho, ainda que existam mais lentes teóricas para explicar este fenômeno, será utilizado apenas o viés institucional para justificar a adesão à reponsabilidade social corporativa por parte das organizações.

Quando se trata de cadeia de suprimentos verdes, uma importante revisão de literatura foi realizada na área, conduzida por Seuring e Müller (2008), onde foram utilizados artigos datados de 1994 a 2007. Verificaram-se os principais motivos (pressões e incentivos) citados nos artigos pelos quais as práticas verdes seriam utilizadas. Colocados nesta ordem de importância: demandas legais e de regulamentação (52%), demanda de clientes (50%), resposta aos *stakeholders*(47%), obtenção de vantagem competitiva (37%), grupos ambientais e sociais (20%) e perda ou dano a reputação (16%) (CARBONE; MOATTI; WOOD, 2012). Desta maneira, encontram-se fundamentos para a intenção deste estudo, de mensurar as pressões institucionais como responsáveis pela implantação de práticas de RSC, as quais serão mensuradas por meio de uma *proxy* que são os relatórios de responsabilidade social corporativa de padrão GRI.

O GRI é o modelo voluntário de relatório mais conhecido no mundo, devido aos indicadores de desempenho ambiental e social de que se vale, tendo sido adotado por muitas empresas em vários países desde a sua criação, em 1999 (BROWN; DE JONG; LEVY, 2009). Ele se embasa em opiniões de uma rede de peritos pertencentes a vários grupos de *stakeholders*, em colaboração com o programa das nações unidas para o meio ambiente. Configura-se como um relatório não financeiro, porém incorpora alguns de seus elementos, podendo ser comparável com os princípios contábeis geralmente aceitos para relatórios financeiros tem sido institucionalizado por muitas empresas, as quais acreditam que ele possa lhes trazer vantagens, sob a ótica das vantagens competitivas (WADDOCK, 2008).

Cabe ressaltar ainda que, o GRI tem se tornado uma ferramenta muito importante em vários aspectos como a gestão de marcas, reputação e principalmente para a sustentabilidade. Também é utilizado para legitimação, tendo em vista que, as medidas explícitas e a divulgação, levam a uma maior transparência na prestação de contas aos *stakeholders* e a sociedade (BROWN; DE JONG; LESSIDRENSKA, 2009).

Marimon et al. (2012) colocam que adotaram o padrão GRI para análise em seu estudo, por três razões. Em primeiro lugar, a GRI é o padrão mundial mais amplamente utilizado para os relatórios de sustentabilidade, em segundo lugar, o GRI representa a melhor opção disponível considerando as dimensões econômicas, ambientais e sociais, sendo um relatório padronizado e compreensível. Certas imposições para as empresas que optam por adotá-lo, como expressar alguns indicadores numericamente, o que traz mais transparência e facilita o entendimento e comparação entre empresas, por fim, o GRI pode ser considerado o segundo padrão mais influente em responsabilidade social (após a Norma ISO 14001) (MANETTI, 2011; PRADO-LORENZO, 2009).

Conforme Marimon et al. (2012), o GRI e as normas ISO 14001 são disseminados seguindo padrões semelhantes, segundo ele ainda, o seu modelo explica as tendências anteriores e leva a certas suposições sobre o futuro da difusão destas normas. Todavia, a difusão poderia seguir outro padrão se novos fatores fossem introduzidos ao longo do tempo,

como o fortalecimento das leis ou aumento do número de pedidos de divulgação, por parte dos *stakeholders*, vindo a afetar a motivação para divulgação de relatórios GRI pelas empresas (DELMAS, 2002). Prosseguindo com este viés, cabe aprofundar os conceitos sobre a teoria que discorre sobre a difusão, verificando-se de que forma que ela poderia conectar o isomorfismo e a implantação de práticas de RSC pelas organizações.

A difusão pode ser definida, segundo Carbone, Moatti e Wood (2012), como a propagação de princípios e comportamentos na empresa em níveis interorganizacionais. Colocam ainda que, embora a difusão de práticas de negócios e ideias exista em diferentes perspectivas teóricas, alguns componentes são comuns, não importando a lente teórica. Tais como, os atores envolvidos, as razões intrínsecas ou extrínsecas para a adoção e difusão de práticas e ideias e as pressões e influências que, atuando dentro do contexto institucional, promovem o processo de difusão.

Conforme os pressupostos defendidos pela teoria institucional, verifica-se que, quando as empresas lidam com grandes incertezas, tendem a imitar outras organizações que elas percebem serem mais legítimas ou bem sucedidas. Além disso, independentemente do valor ou o sucesso da estratégia adotada, as organizações podem querer se associar aos adotantes de maior prestígio, a fim de ganhar legitimidade (CLERIDES; KASSINIS, 2009).

As pressões sobre as empresas para adotar uma determinada estratégia podem ser definidas como “modismos”, onde o grande número de adeptos influencia outras empresas a adotarem também. Tais “modismos” institucionais podem ser vistos como um processo de difusão e podem ser o resultado de medos dos não adotantes serem diferentes dos inúmeros adeptos (ABRAHAMSON; ROSENKOPF, 1993; O’NEILL; POWDER; BUCHHOLTZ, 1998).

Com relação à difusão de inovação de práticas ambientais, Huber (2008) coloca que os principais atores, mesmo em um mundo globalizado são os governos dos estados nações e as indústrias pioneiras, em vez de organismos internacionais, como as Nações Unidas, não teriam força para impor uma legislação em determinado local. Contudo, a União Europeia pode ser considerada uma exceção a esta premissa, visto que algumas regulamentações definidas por este organismo tem alcance em vários países. O modelo de inovação e difusão global segundo ele seria o seguinte: partes específicas de regulamentação e as novas tecnologias são desenvolvidas e implementadas por uma nação, por indústrias nacionalmente enraizadas ou por empresas de um grupo inovador internacional e, posteriormente, são adotados por outras nações que têm as capacidades e meios para fazê-los.

Christmann e Taylor (2001) colocam ainda que, a globalização é um fenômeno que vem a somar para a introdução de práticas sustentáveis pelas organizações, pois ela aumenta o investimento de multinacionais em países em desenvolvimento. Dessas empresas se espera uma performance ambiental maior do que das empresas domésticas, pois elas respondem por pressões internacionais para melhorar seu desempenho nesta área.

Para Angst e Agarwal (2010) o contágio social reconhece a influência mútua entre as organizações dentro de um campo institucional, o que implica na transmissão de informações através do contato direto e observação. A difusão, segundo eles, pode ser acelerada se existem fatores que aumentam os efeitos de contágio social.

Com relação ao método utilizado para o estudo da difusão de RSC, relacionados com a ISO 14000, diversos autores utilizam a curva logística para análise, que já vinha sendo empregado para prever a difusão da ISO 9001 em trabalhos anteriores (MARIMON; FA; SAIZARBITORIA, 2006, MARIMON; HERAS; CASADESÚS, 2009; MARIMON; CASADESÚS; HERAS, 2010; MARIMON; LLACH; BERNARDO, 2011). Marimon et al. (2012) utiliza-se do mesmo sistema para estudar a difusão dos relatórios de padrão GRI globalmente.

Com relação ao contexto no qual os relatórios são analisados, Marimon et al. (2012) aplicam uma divisão dos relatórios por grandes regiões, dividindo-os em Europa, Ásia e América Latina, encontrando padrões similares de difusão entre elas. Porém, um ponto que foi destacado por Scherer e Palazzo (2011), em um contexto transnacional é que, fora dos estados nacionais, as intuições, por vezes, não seriam suficientemente fortes, de modo que pudessem exercer pressões efetivas, definindo e impondo regras e mecanismos para as ações e penalizando os comportamentos desviantes das corporações, o que reforça a importância de se trabalhar com essas questões institucionais em um contexto nacional.

### 3 MÉTODO

O presente tópico tem por objetivo a apresentação da abordagem metodológica que será utilizada, bem como os procedimentos realizados para coleta e análise dos dados. O modelo de pesquisa será prioritariamente uma análise estatística multivariada, técnica que vem ganhando popularidade acadêmica em decorrência de avanços computacionais e softwares “amigáveis” que permitem tais procedimentos. O conceito é definido por Hair (2010), como qualquer análise que utilize simultaneamente várias mensurações sobre o mesmo objeto ou que simultaneamente considera mais de duas variáveis. Tal opção deriva da natureza do estudo, que é compreender a difusão da responsabilidade social corporativa dentro de um contexto transnacional.

Tendo em vista os conceitos apresentados que discorrem sobre a RSC, o interesse desta pesquisa foi verificar de que forma as práticas de RSC se difundem pelos países, analisando dados de empresas que atuam em diferentes setores e em distintos ambientes institucionais. Estas condições, onde as legislações e anseios da sociedade podem ser totalmente distintos, dificultou a coleta de dados primária, surgindo aí a necessidade de se definir uma *proxy* adequada para a RSC.

Cabe ressaltar que, a definição de uma *proxy* em um estudo empírico, visou facilitar ou mesmo dar viabilidade para a mensuração do fenômeno que se desejava verificar, tarefa esta que sempre é difícil. Quando existe a necessidade de se optar por uma dentre várias possibilidades, o autor, invariavelmente insere limitações no seu estudo. Desta maneira, foi necessária a realização de um *trade-off*, de forma a manter o estudo viável com o mínimo de “perdas” em relação ao fenômeno que se estudou.

Buscou-se, ainda, estabelecer uma relação de dependência, definida por Hair (2010) como a utilização de técnicas estatísticas onde existe uma ou mais variáveis dependentes e as demais variáveis são independentes. O objetivo é prever variações nas variáveis dependentes. Ele coloca ainda que, a regressão é uma das maneiras de se estabelecer essa relação.

A amostra foi extraída da base de dados do GRI, onde estão disponíveis todos os relatórios que seguem este modelo que foram publicados, desde o ano de 1999. Utilizou-se na amostra os dados de 1999 até o ano de 2012. Na amostra tem-se um total de 5406 empresas diferentes que emitiram 14184 relatórios de RSC ao longo de 14 anos. As empresas são originárias de mais de 94 países, e estão divididas em 38 setores distintos de atividade, conforme classificação do próprio GRI. Quanto as certificações ISO 14001 foram mais de 1.880.000 certificados de 167 países de 1999 até 2012, extraídas da própria base de dados da ISO.

Cabe ressaltar que, embora a quantidade de países que divulgaram relatórios nesse período seja de 94, alguns países não foram incluídos na pesquisa quantitativa, seja por não se enquadrarem na classificação de país do Banco Mundial, seja por não possuírem informações disponíveis nos demais bancos de dados. Os relatórios foram considerados agrupados por país, independentemente do setor de atuação da empresa. Compuseram a amostra 149 países, após excluírem-se alguns países que não possuíam dados disponíveis.



A variável dependente é definida por Hair (2010) como aonde o efeito das mudanças nas variáveis independentes vai se manifestar. Durante as últimas décadas, as práticas e os padrões de responsabilidade social corporativa tem aumentado, em número e popularidade, cada qual com suas características peculiares (as quais buscam se adequar as expectativas dos *stakeholders*). A variável dependente deste estudo é a quantidade de relatórios GRI emitidos pelas empresas nos seus respectivos países. Dessa variável decorrem outras variáveis que empregam GRI e também uma variável dependente (quantidade de certificações ISO 14001) que servirá como variável de controle. A *Global Report Initiative* (GRI) é considerada como a maior referência mundial no campo de relatórios de RSC, sendo ela é uma instituição global independente e sem fins lucrativos, criada em 1997, com o intuito de fornecer um relatório com uma estrutura aceita a nível mundial e que possa ser versátil a ponto de conseguir medir o desempenho sustentável de empresas, de repartições públicas, de ONGs e de outras organizações (GRI, 2014).

O banco de dados da ISO 14001 que foi utilizado dispõe de menos detalhes do que o do GRI, não possibilitando a comparação de tamanho das empresas, por exemplo. Contudo, nesse banco de dados, pode-se extrair a quantidade de certificados ISO 14001 emitidos por ano e por país desde o ano de 1999, o que vem a ser extremamente conveniente para a comparação entre os dois, tendo em vista que a maioria dos estudos encontrados que tratam da difusão de práticas de RSC utilizam a ISO 14001 (ALBUQUERQUE, BRONNENBERG; CORBETT, 2007; MARIMON, CASADESÚS; HERAS, 2010; MARIMON; FA; SAIZARBITORIA; 2006; MARIMON; HERAS; CASADESÚS, 2009; MARIMON; LLACH; BERNARDO, 2011).

Quanto à utilização dos relatórios GRI como variável propriamente dita, o indicador básico será a quantidade de relatórios GRI emitidos em cada país por ano. Outro indicador que foi útil é uma variável dicotômica do GRI com valor “1” para países com relatórios no ano e valor “0” para os sem emissão registrada, esse indicador se fez necessário uma vez que se pretendia comparar os grupos de países com relatórios GRI dos que não emitiram. Para aumentar validade externa, Winer (1999) sugere várias técnicas, dentre elas: a execução de vários estudos, com diferentes esquemas e procedimentos, e utilização de “co-variáveis” para controlar os efeitos das características individuais e características situacionais sobre as variáveis dependentes. Utilizou-se como variável de controle para a RSC, a quantidade de certificações ISO 14001 por ano e por país, de forma que seja possível a comparação com a variável principal do estudo que é o número de relatórios de modelo GRI.

Para cada variável dependente incluída, será proposto um modelo econométrico distinto, contando, este estudo, com quatro variáveis dependentes: GRI (número de relatórios GRI por país), GRIdummy (variável dicotômica considerando a emissão ou não de relatório GRI no país), ISOpais (número de certificações ISO14001 por país) e ISOdummy (variável dicotômica considerando a existência ou não de certificações ISO14001 no país). As variáveis independentes serão abordadas no próximo tópico. Tendo concluído esta etapa, o próximo passo foi o de integrar todas as variáveis em um único banco de dados consolidado, a fim de que os mesmos possam ser facilmente inseridos e reconhecidos como dados em painel pelo *software* estatístico utilizado nos ensaios econométricos (EViews 7).

Quanto as variáveis independentes, a variável “tratados ambientais internacionais” foi obtida compilando-se 18 tratados foram selecionados, a partir dos sugeridos, com média de 130 países signatários cada, resultando em 2366 informações individuais que compuseram o índice final “Tratados Ambientais” (TAMB) para os países da amostra as tabelas de dados *Earth Trends*, 2005 em instituições ambientais e *Governance* do *World Resources Institute* e Portal de Dados do Programa Ambiental das Nações Unidas GEO identificam treze principais tratados ambientais internacionais e fornecem informações sobre datas de ratificação (DELMAS; MONTES-SANCHO, 2011 ; VASTAG, 2009). A outra variável utilizada foi a

área protegida por lei em cada país, informação que foi extraída do banco de dados do Banco Mundial, visto que grandes quantidades de áreas protegidas denotam um compromisso da sociedade como um todo com o meio ambiente o que viria a se refletir em maior preocupação de todas as organizações e empresas sediadas nesses locais.

Existem várias nomenclaturas utilizadas para se referir aos dados em painel, como dados empilhados, dados longitudinais, painel de microdados, análise de corte entre outros. Em suma, todos esses nomes se referem a um conjunto de dados que possua, simultaneamente, movimento de tempo e de unidades de corte transversal. Os modelos de regressão que se baseiam em tais conjuntos de dados são conhecidos como modelos de regressão com dados em painel, os quais foram utilizados neste trabalho (GUJARATI; PORTER, 2012). Um conjunto de dados em painel proporciona diversas observações sobre um indivíduo ao longo do tempo, gerando uma base mais rica para análise, proporcionando um aumento do grau de liberdade e reduzindo problemas de colinearidade entre as variáveis explanatórias. Reduzem-se também os problemas econométricos decorrentes de variáveis omitidas ou mal especificadas. Tudo isso é importante, haja vista a característica empírica deste estudo (WOOLDRIDGE, 2013).

Os modelos propostos foram embasados nos conceitos trazidos pelos autores que relacionaram a teoria institucional com as práticas de RSC das organizações (CAMPBELL, 2007; CLEMENS; DOUGLAS, 2006; GLOVER et al., 2014; JENNINGS; ZANDBERGEN, 1995; LIN; SHEU, 2012; WU; DING; CHEN, 2012; ZHU; CORDEIRO; SARKIS, 2012; ZHU; SARKIS, 2005, 2007; PEREZ-BATRES; MILLER; PISANI, 2010; DELMAS; MONTES-SANCHO, 2011). Desta maneira, esses modelos pretendem relacionar a ação das instituições, através das forças isomórficas (variáveis independentes), definidas por DiMaggio e Powel (1983) com as variáveis dependentes que são as práticas de RSC.

Os relatórios publicados em um ano, na verdade apresentam as informações gerenciais do ano anterior, incluindo-se aí as influências institucionais que a empresa sofreu. Por este motivo, e conforme foi utilizado por Delmas e Montes-Sancho (2011), para as variáveis independentes, será utilizada a defasagem em um ano para as variáveis independentes. Tendo em vista estes aspectos já mencionados, temos a equação geral abaixo para a RSC:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{1i(t-1)} + \beta_2 X_{2i(t-1)} + \mu_{it} + \alpha_i$$

Onde:

$Y_{it}$  Representa a variável dependente em um país num determinado ano;

$\beta_0$  Representa o intercepto;

$\beta_1 X_{1i(t-1)}$  Representa a variável “TAMB” do país no ano anterior;

$\beta_2 X_{2i(t-1)}$  Representa a variável “AREAPROT” do país no ano anterior;

$\mu_{it}$  Representa o erro idiossincrático ou erro de variação temporal para o ano considerado;

$\alpha_i$  Representa o efeito não observado ou efeito fixo.

#### 4 RESULTADOS

Distorções podem ser causadas pela multicolinearidade entre as variáveis. Desta forma, executou-se um teste de análise correlacional entre elas. É recomendável que não se utilizem variáveis com mais de 70% de correlação em um mesmo modelo (WOOLDRIDGE, 2013). O teste utilizado para se verificar a multicolinearidade é o teste de Sperman.

Para análise correlacional entre as variáveis, foi executado o teste de *Sperman*, e nos resultados obtidos não foi observada correlação elevada entre as variáveis dependentes e

independentes. No caso da amostra analisada, foi percebida a multicolinearidade entre as variáveis “GRI” e “GRIdummy”, o que era já era esperado, pois a última é derivada da primeira, ressaltando que estas variáveis estarão sendo utilizadas como variáveis dependentes em modelos distintos. Também foi percebida multicolinearidade entre as variáveis “ISOPAIS” e “ISODummy”, o que era esperado, pois a última é derivada da primeira e serão analisadas em modelos separados.

Nos modelos econométricos processados neste estudo, de acordo com o modelo genérico proposto na seção anterior, foram incluídas e processadas informações de 15 períodos, de 1998 até 2012, sendo que 149 países foram incluídos (análise *cross-section*) e um total de 2231 observações foram analisadas. Dentre todas as estatísticas processadas pelo software *evIEWS*, o “*R-squared*” ou  $R^2$  fornece informações sobre a qualidade do ajuste de um modelo. Em análises de regressão, o coeficiente de determinação é uma medida estatística de quão bem a linha de regressão aproxima dos pontos de dados reais. Um  $R^2$  de 1 indica que a linha de regressão representa perfeitamente o universo.

No caso do modelo que utilizou o número de relatórios GRI como variável dependente, o  $R^2$  ajustado é igual a 0.089308. Este indicador deve ser analisado em conjunto com o “*Pob (F-statistic)*” que indica se o valor é significativo. No caso desta regressão o modelo é significativo ao nível de 0,000001 e as duas variáveis independentes foram significativas no nível 0,001. O modelo que utilizou os relatórios GRIdummy como variável dependente, o  $R^2$  ajustado é igual a 0.248500, sendo significativo ao nível de 0,000001 e as duas variáveis independentes foram significativas no nível 0,0001.

No caso do modelo que utilizou o número de certificações ISO 14001 como variável dependente, o  $R^2$  ajustado é igual a 0.058864, sendo significativo no nível 0,000001, sendo que a variável independentes TAMB foi significativa a 0,0001 e a AREAPROT não foi significativa no nível 0,05. O modelo que utilizou os relatórios ISODummy como variável dependente, o  $R^2$  ajustado é igual a 0.0117936, sendo significativo ao nível de 0,000001 e as duas variáveis independentes foram significativas no nível 0,0001.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou a temática da difusão das práticas de responsabilidade social corporativa sob o viés da teoria institucional. Difusão esta que, segundo a revisão de literatura realizada no referencial teórico, seria motivada pela presença das forças isomórficas atuantes nos países. A análise destas forças subsidiou a elaboração de modelos teóricos e hipóteses, nos quais as mesmas estariam positivamente relacionadas com a quantidade de relatórios de modelo GRI publicados e certificados ISO 14001 emitidos. O estudo procurou elucidar e compreender melhor o fenômeno da difusão das práticas de responsabilidade social corporativa utilizando um panorama mundial, tendo em vista que o mesmo obteve destaque nas últimas décadas, principalmente quanto à preservação dos recursos naturais do planeta e à qualidade de vida das pessoas que nele residem.

Através da revisão teórica realizada no decorrer deste estudo, pode-se constatar que a bibliografia que trata da teoria institucional e do institucionalismo é muito vasta, possuindo uma gama de conceitos muito ampla e subjetiva que os contemplam. Devido a estes fatores, foi necessária a interpretação dos conceitos teóricos para a seleção de *proxys* que pudessem representá-los de maneira satisfatória. No que tange a influência do isomorfismo e das instituições sobre as práticas de sustentabilidade, muitos autores e estudos os relacionam (CAMPBELL, 2007; CLEMENS; DOUGLAS, 2006; GLOVER et al., 2014; JENNINGS; ZANDBERGEN, 1995; LIN; SHEU, 2012; WU; DING; CHEN, 2012; ZHU; CORDEIRO; SARKIS, 2012; ZHU; SARKIS, 2005, 2007). Ainda que existam muitos estudos discorrendo sobre o tema, poucos apresentam um enfoque mais objetivo associando os conceitos do

institucionalismo à difusão das práticas de RSC com análise de dados (PEREZ-BATRES; MILLER; PISANI, 2010; DELMAS; MONTES-SANCHO, 2011).

Em estudos anteriores, Maignan e Ralston (2002), já destacavam a importância de se estudar as práticas de RSC verificando-se a influência do ambiente institucional dos países sobre as mesmas. Mais recentemente, Marimon et al. (2012) ressaltava a importância de se estudar a difusão dos relatórios GRI e a influência das instituições sobre os mesmos, a fim de compreender porque em alguns lugares são publicados com maior intensidade e em outros menor intensidade. Desta maneira, a relação das variáveis independentes com as práticas de RSC remete à expectativa de relações positivas, onde se presumia que melhores indicadores institucionais refletissem mais práticas de RSC publicadas pelas empresas.

Quanto aos modelos econométricos, devido ao estudo ter utilizado diversos para testar as hipóteses e comparar os resultados, alguma variação era esperada nas influências das variáveis independentes sobre as dependentes nos mesmos. Desta maneira, apesar da variação, foram disponibilizados mais dados para discussão, o que enriqueceu a análise e deu maior embasamento às conclusões.

Para a variável AREAPROT, era prevista uma relação positiva com a RSC, ou seja, o maior o percentual de áreas protegidas que existem em um país denotaria uma maior preocupação institucional com a sustentabilidade, o que incidiria em pressão coercitiva sobre as empresas. Essa relação se demonstrou verdadeira, tendo em vista que, em três regressões consideradas, ela foi positiva e significativa. Quanto à variável TAMB, era sabido que, quanto mais tratados ambientais internacionais o país fosse signatário, maior seria a pressão coercitiva interna para que as empresas adotassem práticas de RSC (DELMAS; MONTES-SANCHO 2011; VASTAG, 2009). Essa relação se demonstrou válida, haja vista que, por quatro vezes, o coeficiente foi positivo e significativo.

O artigo contribui academicamente respondendo os questionamentos suscitados pelo trabalho de Marimon et al. (2012), o qual sugerem que pesquisas estabeleçam evidências mais fortes para a confirmação da evolução da adoção da GRI, seguindo uma perspectiva institucional. Cabe destacar ainda que, neste estudo de Marimon et al. (2012) buscou-se o entendimento do grau de saturação e a análise da difusão das publicações de relatórios GRI, porém o estudo não se preocupa em analisar as causas por trás deste fenômeno. Neste estudo, contudo, foi verificado que as instituições presentes nos países são fatores que podem explicar a quantidade de relatórios publicados. As relações que foram estabelecidas entre as variáveis independentes institucionais e as dependentes (RSC) poderão servir de suporte para estudos futuros. As variáveis independentes que foram relacionadas positivamente à publicação de relatórios GRI, poderão subsidiar novas pesquisas que utilizem outras variáveis dependentes relacionadas à RSC ou às práticas sustentáveis.

Gerencialmente, as implicações deste estudo estão mais atreladas aos gestores públicos, tendo em vista que aspectos relacionados com as práticas públicas de governança podem ser responsáveis por um ambiente institucional que leve as empresas a adotar práticas de RSC, gerando benefícios à sociedade como um todo e ao país. Por fim, destaca-se que os gestores públicos que estiverem preocupados com a preservação do meio ambiente e dos recursos dos seus estados para as gerações futuras, deverão observar que algumas ações estabelecidas poderão gerar efeitos positivos para a implantação de práticas de RSC pelas empresas sediadas nos seus territórios.

Uma limitação importante deste trabalho se dá no campo da difusão, tendo em vista que, apesar de serem utilizados os países de origem das empresas, a regressão não considerou a influência espacial mútua entre eles, como os efeitos de proximidade social, os efeitos regionais para a proximidade espacial ou as variáveis geográficas que deveriam ser incluídas em estudos de difusão de acordo com Angst e Agarwal (2010). Por fim, outra limitação deste trabalho é a utilização de uma *proxy* para a RSC que ainda não possui grande tradição



acadêmica, sendo relativamente recente em estudos publicados. Este aspecto limita um pouco o alcance das conclusões, ainda que, em grande parte, os resultados tenham sido corroborados e comparados à *proxy* ISO 14001, que é tradicionalmente a mais utilizada. Para pesquisas futuras sugere-se que sejam realizados estudos que considerem a influência das instituições sobre a RSC, porém utilizando-se de outras *proxys*, tanto para as variáveis independentes que mensuram as influências institucionais, quanto para as *proxy* relacionadas à RSC.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMSON, E.; ROSENKOPF, L. Institutional and competitive bandwagons: Using mathematical modeling as a tool to explore innovation diffusion. **Academy of Management Review**, 1(3), 487–517. 1993.
- ALBUQUERQUE, P.; BRONNENBERG, B. J.; CORBETT, C. J. A Spatiotemporal Analysis of the Global Diffusion of ISO 9000 and ISO 14000 Certification. **Management Science**, 53(3), 451–468. 2007.
- ANGST, C.; AGARWAL, R. Social contagion and information technology diffusion: the adoption of electronic medical records in US hospitals. **Management Science** 56(8), 2010.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank Databases**. Disponível em:  
<<http://databank.worldbank.org/data/databases.aspx>>. Acesso em: 08 jan. 15.
- BROWN, H. S.; DE JONG, M.; LESSIDRENSKA, T. The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship. **Environmental Politics**, 18(2), 182–200. 2009.
- BROWN, H. S.; DE JONG, M.; LEVY, D. L. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, 17(6), 571–580. 2009.
- CAMPBELL, J. L. Why Would Corporations Behave in Socially Responsible Ways? an Institutional Theory of Corporate Social Responsibility. **Academy of Management Review**, 32(3), 946–967. 2007.
- CARBONE, V.; MOATTI, V.; WOOD, C. Diffusion of Sustainable Supply Chain Management: Toward a Conceptual Framework. **Supply Chain Forum**. 13, 26–40. 2012.
- CARROLL, A. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, 4(4). 1979.
- \_\_\_\_\_. Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. **Organizational Dynamics**. 44, p. 87-96. 2015.
- CASTKA, P.; BALZAROVA, M. A. ISO 26000 and supply chains on the diffusion of the social responsibility standard. **International Journal of Production Economics**, 111(2), 274–286. 2008.
- CHRISTMANN, P.; TAYLOR, G. Globalization and the Environment: Determinants of Firm Self Regulation in China. **Journal of International Business Studies**. 32 (3). 2001.
- CIA. **Central Intelligence Agency Factbook**. Disponível em:  
<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/appendix/appendix-c.html>>. Acesso em: 25 ago. 2014.
- CLEMENS, B.; DOUGLAS, T. J. Does coercion drive firms to adopt “voluntary” green initiatives? Relationships among coercion, superior firm resources, and voluntary green initiatives. **Journal of Business Research**, 59(4), 483–491. 2006.
- CLERIDES, S.; KASSINIS, G. Modeling the diffusion of strategies: an application to exporting. **Industrial and Corporate Change**, 18(3), 415–434. 2009.
- CORBETT, C. J.; KIRSCH, D. A. International Diffusion of Iso 14000 Certification. **Production and Operations Management**, 10(3), 327–342. 2001.

- DAHLSTRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 15(1), 1–13. 2008.
- DAVIS, G.; SEARCY, C. A review of Canadian corporate sustainable development reports. **Journal of Global Responsibility**, 1(2), 316–329. 2010. doi:10.1108/20412561011079425.
- DAVIS, L.; NORTH, D. Institutional change and American economic growth: a first step towards a theory of institutional innovation. **The Journal of Economic History**, 30(1). 1970.
- DELMAS, M. The diffusion of environmental management standards in Europe and in the United States: An institutional perspective. **Policy Sciences**, 91–120. 2002.
- DELMAS, M.; MONTES-SANCHO, M. J. An Institutional Perspective on the Diffusion of International Management System Standards : The Case of the Environmental Management Standard ISO 14001. **Business Ethics Quarterly**, 1(January), 103–132. 2011.
- DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, 48, 147–160. 1983.
- EVIIEWS. **Software EVIEWS Version. 7.1.** Quantitative Micro Software.
- FIFKA, M. S. Corporate Responsibility Reporting and its Determinants in Comparative Perspective - a Review of the Empirical Literature and a Meta-analysis. **Business Strategy and the Environment**, 22(1), 1–35. 2013.
- GJØLBERG, M. The origin of corporate social responsibility: global forces or national legacies? **Socio-Economic Review**, 7, 605–637. 2009.
- GLOVER, J. L. et al. An Institutional Theory perspective on sustainable practices across the dairy supply chain. **International Journal of Production Economics**, 152, 102–111. 2014.
- GRI. GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade**. Amsterdam: The Global Reporting Initiative, 2006. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Sustainability disclosure database**. Amsterdam: The Global Reporting Initiative, 2014. Disponível em: <<http://database.globalreporting.org/pages/about>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C.; tradução Denise Durante, Monica Roseberg, Maria Lúcia G. L. Rosa; revisão técnica Claudio D. Shikida, Ari Francisco de Araújo Jr, Márcio Antônio Salvato. **Econometria Básica- 5ª Ed - Porto Alegre**. 2012.
- HAIR, J. F. Jr. et al. **Multivariate Data Analysis**. Seventh Edition. Pearson Prentice Hall. 2010.
- HUBER, J. Pioneer countries and the global diffusion of environmental innovations: Theses from the viewpoint of ecological modernization theory. **Global Environmental Change**, 18(3), 360–367. 2008.
- ISO. International Organization for Standardization. **Survey Database 2012**. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/standards/certification/iso-survey.htm?certificate=ISO%2014001&countrycode=#standardpick>>. Acesso em: 25 ago. 2014.
- JENNINGS, P.; ZANDBERGEN, P. Ecologically sustainable organizations: an institutional approach. **Academy of Management Review**, n. 20, 1995.
- LIN, R.; SHEU, C. Why Do Firms Adopt/Implement Green Practices?—An Institutional Theory Perspective. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, n. 57, p. 533–540. 2012.
- MAIGNAN, I.; RALSTON, D. Corporate social responsibility in Europe and the US: insights from businesses' self-presentations. **Journal of International Business Studies** n. 3, p. 497–514. 2002.

- MANETTI, G. The quality of stakeholder engagement in sustainability reporting: empirical evidence and critical points. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 122, jan. p. 110–122. 2011.
- MARIMON, F. et al. The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point? **Journal of Cleaner Production**, 33, 132–144. 2012.
- MARIMON, F.; CASADESÚS, M.; HERAS, I. Certification intensity level of the leading nations in ISO 9000 and ISO 14000 standards. **International Journal of Quality & Reliability Management**, 27(9), 1002–1020. 2010.
- MARIMON, F.; FA, M. C.; SAIZARBITORIA, I. H. ISO 9000 and ISO 14000 standards: an international diffusion model. **International Journal of Operations & Production Management**, 26(2), 141–165. 2006.
- MARIMON, F.; HERAS, I.; CASADESÚS, M. ISO 9000 and ISO 14000 standards: A projection model for the decline phase. **Total Quality Management & Business Excellence**, 20(1), 1–21. 2009.
- MARIMON, F.; LLACH, J.; BERNARDO, M. Comparative analysis of diffusion of the ISO 14001 standard by sector of activity. **Journal of Cleaner Production**, 19(15), 1734–1744. 2011.
- MATTEN, D.; MOON, J. “Implicit” and “Explicit” CSR: A Conceptual Framework for a Comparative Understanding of Corporate Social Responsibility. **Academy of Management Review**, 33(2), 404–424. 2008.
- MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, 83(2), 340–363. 1977.
- MOSEÑE, J. A. et al. Environmental reporting in the Spanish wind energy sector: an institutional view. **Journal of Cleaner Production**, 40, 199–211. 2013.  
doi:10.1016/j.jclepro.2012.08.023
- NORTH, D. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. **Cambridge University Press**, 1990.
- O’NEILL, H. M.; POWDER, R. W.; BUCHHOLTZ, A. K. Patterns in the Diffusion of Strategies across Organizations: Insights from the Innovation Diffusion Literature. **The Academy of Management Review**, 23(1), 98. 1998.
- PEREZ-BATRES, L. A., MILLER, V. V.; PISANI, M. J. CSR, Sustainability and the Meaning of Global Reporting for Latin American Corporations. **Journal of Business Ethics**, 91(S2), 193–209. 2010.
- PRADO-LORENZO, J. et al Stakeholder engagement and corporate social responsibility reporting: the ownership structure effect. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management** 107(February), 94–107. 2009.
- SCHERER, A. G.; PALAZZO, G. The New Political Role of Business in a Globalized World: A Review of a New Perspective on CSR and its Implications for the Firm, Governance, and Democracy. **Journal of Management Studies**, 48(4), 899–931. 2011.
- SCOTT, W. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, 32(4), 493–511. 1987.
- SEARCY, C.; BUSLOVICH, R. Corporate Perspectives on the Development and Use of Sustainability Reports. **Journal of Business Ethics**, 121(2), 149–169. 2013.
- SEURING, S.; MÜLLER, M. From a literature review to a conceptual framework for sustainable supply chain management. **Journal of Cleaner Production**, 16(15), 1699–1710. 2008.
- SRIVASTAVA, S. K. Green supply-chain management: A state-of-the-art literature review. **International Journal of Management Reviews**, 9(1), 53–80. 2007.

- TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. Institutional Sources of in the Formal Change Structure of Organizations : The Diffusion of Civil Service Reform. **Administrative Science Quarterly**, 28(1), 22–39. 1983.
- VASTAG, G. Revisiting ISO 14000 Diffusion: A New “Look” at the Drivers of Certification. **Production and Operations Management**, 13(3), 260–267. 2009.
- WADDOCK, S. Building a new institutional infrastructure for corporate responsibility. **The Academy of Management Perspectives**, 87–109. 2008.
- WINER, R. S. Experimentation in the 21st Century: The Importance of External Validity. **Journal of the Academy of Marketing Science**, 27(3), 349–358. 1999.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory Econometrics: A Modern Approach**. Fifth Edition. South-Western, Cengage Learning, 2013.
- WU, G. C.; DING, J. H.; CHEN, P. S. The effects of GSCM drivers and institutional pressures on GSCM practices in Taiwan’s textile and apparel industry. **International Journal of Production Economics**, 135(2), 618–636. 2012.
- YANG, C.; SHEU, C. The effects of environmental regulations on green supply chains. **African Journal of Business Management**, 5(26), 10601–10614. 2011.
- ZHU, Q.; CORDEIRO, J.; SARKIS, J. International and domestic pressures and responses of Chinese firms to greening. **Ecological Economics**, 83, 144–153. 2012.
- ZHU, Q.; SARKIS, J. Green supply chain management in China : pressures , practices and performance, **International Journal of Operations & Production Management** 25(5), 449–468. 2005.
- \_\_\_\_\_. The moderating effects of institutional pressures on emergent green supply chain practices and performance. **International Journal of Production Research**, 45(18-19), 4333–4355. 2007.
- ZHU, Q.; SARKIS, J.; LAI, K.. An institutional theoretic investigation on the links between internationalization of Chinese manufacturers and their environmental supply chain management. **Resources, Conservation and Recycling**, 55(6), 623–630. 2011.
- \_\_\_\_\_. Internationalization and environmentally-related organizational learning among Chinese manufacturers. **Technological Forecasting and Social Change**, 79(1), 142–154. 2012.